

DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS EM *DROPS*: FLORESTAN FERNANDES E A ANÁLISE DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Ingrid Maria Pereira Fortaleza¹, Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho²

Resumo: A Assembleia Constituinte de 1987-1988 representou um marco na redemocratização brasileira. A obra *A Constituição Inacabada* (1989), de Florestan Fernandes, analisa criticamente esse processo, revelando as contradições entre a promessa de transformação democrática e a permanência das estruturas de poder tradicionais. Este estudo tem por objetivo analisar a relevância da obra *A Constituição Inacabada*, de Florestan Fernandes, para a compreensão crítica das bases históricas e políticas dos diálogos institucionais. Especificamente, busca-se: (i) examinar de que maneira a abordagem sociológica do autor problematiza as estruturas de poder e as tensões sociais que moldaram o processo constituinte; (ii) compreender os limites e contradições da democracia brasileira a partir dos diálogos institucionais analisados; e (iii) relacionar as reflexões de Florestan Fernandes às discussões sobre a consolidação democrática e a efetivação dos direitos sociais em 1988. Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico, com ênfase na obra referida. A análise é qualitativa e adotou a episteme crítica-dialética, buscando relacionar as reflexões do sociólogo ao contexto histórico e aos diálogos institucionais que antecederam a Constituinte. Os resultados apontam que Florestan Fernandes, em sua análise sociológica, revela a permanência das estruturas de poder durante o processo constituinte, marcado pelo controle das elites e pela manipulação institucional, simbolizada pelo "Centrão" e pelo chamado "golpe preventivo". Para o autor, a Constituição de 1988 não representou uma ruptura democrática, mas a legitimação formal de um Estado ainda autocrático. Embora tenha incorporado conquistas populares, o texto constitucional manteve os privilégios econômicos e fundiários, tornando a democracia brasileira "inacabada" e desigual. Florestan

¹ Acadêmica de Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA), integrante do Laboratório de Análise de Conflitos Constitucionais Socioeconômicos (LACÔNICO) e pesquisadora vinculada a Linha 02: Controle de Constitucionalidade enquanto arena para o diálogo institucional na solução de Conflitos Constitucionais Socioeconômicos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3615878994515445> E-mail: ingrid.fortaleza@urca.br

² Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de análise de conflito constitucional socioeconômico (LACÔNICO/URCA), pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Direitos humanos fundamentais – GEDHUF/URCA, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersetorial – GAPPI/UFRN. E-mail: djamiro.acipreste@urca.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8138176681043938>

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"



adverte que a efetivação da democracia não se garante pelo texto legal, mas pela mobilização contínua da classe trabalhadora, diante das tentativas de desconstitucionalização promovidas pelas elites, que objetivam esvaziar o conteúdo social da Carta de 1988. Conclui-se, portanto, que a obra é fundamental para a compreensão das forças exercidas pelos detentores do poder na Assembleia Constituinte que originou a Carta política que dirige o país atualmente. Ademais, evidencia a importância de se analisar a sociedade e o processo legislativo por óticas além da jurídica, reforçando a necessidade de repensar os desafios da democracia brasileira à luz de suas promessas ainda não cumpridas.

Palavras-chave: Diálogos Institucionais. Florestan Fernandes. História Constitucional. Processo Constituinte. Democracia Brasileira.